

ÁULICOS E A ELITE INTELECTUAL NA CORTE FLUMINENSE (1823-1831)

Nelson Ferreira Marques Júnior
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.¹

Resumo: Esse artigo foi fruto de discussões preliminares sobre o primeiro capítulo da minha tese, intitulada: “*O despertar do novo império independente*”: *áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831)*. O intuito deste artigo foi evidenciar quem são os *áulicos*, sua elite intelectual e o papel da imprensa *áulica* para sustentação do governo imperial e da monarquia constitucional centralizada, dirigida pela figura do imperador d. Pedro I.

Palavras-chave: *Áulicos*; Ideias; Imprensa.

ÁULICOS AND INTELLECTUAL ELITE IN FLUMINENSE COURT

Abstract: This article was the result of preliminary discussions on the first chapter of my thesis entitled: “The awakening of the new independent empire ” : *áulicos* and the formation of a Brazil project in the state Court (1822-1831) . The purpose of this article was to demonstrate who the *áulicos*, their intellectual elite and the role of *áulica* press to support the imperial government and centralized constitutional monarchy headed by the emperor d. Pedro I.

Keywords: *Áulicos*; Ideas; Press.

Áulicos.

Os *áulicos* no Primeiro Reinado foram responsáveis por apoiar politicamente d. Pedro I, momento em que o soberano usufruía de poderes para intervir diretamente nas decisões políticas gerais, por meio do Poder Moderador. Esses homens ocupavam diferentes espaços: na imprensa, no Legislativo, especialmente no Senado, no Executivo, nos serviços domésticos da Casa Imperial do Brasil, nas ruas, de maneira difusa, através de seus simpatizantes, e foram de suma importância para manutenção do imperador no poder, da imagem viva de uma monarquia integrada, mesmo com os inúmeros conflitos provinciais no período.

Entende-se que os *áulicos* se fizeram presentes no Primeiro Reinado, mesmo sendo, estruturalmente, desfalcados de um núcleo rígido organizado, ou seja, a presença do grupo foi uma representação, na qual sua parte física foi pouco ou quase nada

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História na UFRRJ – PPHR; Bolsista CAPES; endereço eletrônico: nelsonfmarquesjr@hotmail.com

percebida.² Não há um amplo partido formalizado, institucionalizado, com reuniões periódicas para encaminhamento de propostas. Mesmo que tivesse, só corroboraria a parte física do grupo. Na verdade, percebeu-se a presença do grupo não por sua materialidade, mas pelo conjunto de ações, valores, ideias, tradições, linguagens que foram propaladas por esses indivíduos na imprensa e no Legislativo,³ ambos considerados *vetores de socialização*⁴ por excelência, mobilizando, portanto, símbolos, discursos e uma identidade coletiva que fornecia inspiração para a identificação de um projeto político de grupo, transformando em uma poderosa arma de defesa da monarquia constitucional perante a opinião pública. A participação política conjunta desses homens, nesse caso, foi decorrente da identificação aos valores defendidos, motivados por um conjunto de escolhas políticas que estavam em constante mudança. Contudo, tinham como princípio básico, a fidelidade que disponibilizaram ao Estado imperial e a d. Pedro I.

Compreendem-se os *áulicos* como grupo, com várias linhas de fuga (imprensa, Legislativo, Servidores da Casa Imperial), que escapavam das organizações partidárias. A força da política *áulica* vinha dos bastidores do funcionalismo imperial, dos discursos nas Assembleias, da imprensa, das ruas, que se constituíam também como centros de poder. Esses núcleos de poder refletiam uma *cobertura* homogênea da Monarquia de d. Pedro I, mas, em seu interior, ocultavam-se diversas hastes, em fluxos diversos, responsáveis pela força e o poder de decisão que manteve aquela imagem. Esses indivíduos se ligaram pelas ideias centrais, mesmo que alguns não tivessem posições fixas ao longo do tempo.⁵

É importante ressaltar que, em geral, o apoio a d. Pedro I se deu de forma instável e oscilante. Além disso, a maioria da população que não estava no círculo dos debates políticos, por vezes, pouco inteiradas dos assuntos, também poderiam se identificar de outras formas com *os áulicos*. Isso acontece na medida em que, para a

² Vale lembrar que a representação de um grupo ou de uma cultura política pode se representar e apresentar de maneira sensorial (direta) ou fazer-se presente, mesmo sendo ausente fisicamente. FALCON, Francisco. História e Representação. In: FLAMARION, Ciro; MALERBA, Jurandir. **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000, 46.

³ O artigo terá por base apenas o estudo da imprensa. O trabalho com Legislativo vem sendo desenvolvido na minha tese, com previsão de término no primeiro semestre de 2018. MARQUES JR., Nelson “**O despertar do império independente**”: *áulicos* e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831). Rio de Janeiro: UFRRJ, cap III e IV.

⁴ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Estampa, 1998, p. 356-357.

⁵BENTIVOGLIO, Julio. Rizomas do Império: Estado monárquico e linhas de fuga da política imperial brasileira no século XIX. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lucia Bastos das. **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 329-351.

maioria da população, boa parte da concordância com os governos se dá menos pelas ideias e mais pelos valores, tradições e costumes que são pregados e representados pelo grupo. A defesa dos *áulicos* também se deu via valores tradicionais do conservadorismo político,⁶ mesclado ao constitucionalismo, com reformas pontuais, vagarosas e necessárias. Em um mundo que se transformava de maneira rápida, o conservadorismo liberal atuava como freio que dosava o ritmo da aceleração. A opinião pública, acostumada com suas práticas e costumes mais tradicionais, viu nessa mudança controlada algo seguro. Foi no medo de uma mudança brusca, acompanhado dos distúrbios sociais difíceis de controlar que os *áulicos* ganharam força no cenário fluminense que necessitava de proteção.

A definição de um grupo, por mais que se faça uma construção bastante delimitada e recortada, é um trabalho árduo e que remonta o próprio sentido da palavra *áulico*.⁷ Observa-se que tanto no dicionário de língua portuguesa de d. Rafael Bluteau revisado e acrescido por Antônio Morais e Silva (1755-1824), publicado em 1789,⁸ quanto no dicionário de língua brasileira, redigido por Luiz Maria da Silva Pinto (1775-1869), publicado em 1832,⁹ o vocábulo *áulico* possui o mesmo significado gramatical; palaciano, cortesão. Contudo, eventos tais como a permanência d. Pedro como regente e as discussões na Assembleia Constituinte de 1823 foram elementos circunstanciais para que esse adjetivo, no campo político, fosse ressignificado e ganhasse novos tons.

O termo *áulico* apareceu em alguns jornais, mas carregado de referências do Antigo Regime, ou seja, homens ligados às tradições absolutistas, visto como validos,

⁶Entende-se o conservadorismo político como um fenômeno que surgiu no século XVIII, em contraposição ao radicalismo iluminista. Conservadores como, Edmund Burke, vivenciaram as mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas que vinham ocorrendo desde o século XVI, devido à progressiva racionalização da vida (*mundanização*), contudo, não se afastaram do ideal de um universo moral, estável e ligado a um sistema de valores transcendentais. Ver. BONAZZI, Tiziano. “Conservadorismo”. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCI, Nicolau; PASQUINO, Gianfranco. (orgs.). **Dicionário de política**. 8ª ed. v. I. Brasília: Editora UNB, 1995, p. 243-245.

⁷ A evolução dos estudos sobre os *áulicos* deve-se principalmente ao projeto de pesquisa que participei durante a graduação, orientado e coordenado pelo Prof. Dr. Marcello O. Neri de Campos Basile, intitulado: *A Facção áulica no Primeiro Reinado: imprensa, nação e política no Rio de Janeiro (1824-1831)* e a dissertação defendida em 2013, intitulada: MARQUES JR, Nelson. Ferreira. “**Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação**”: *áulicos, ideias e soberania na Corte fluminense (1824-1826)*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, UERJ, 2013.

⁸ **Dicionário da língua portuguesa**, composto pelo padre d. Raphael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789, p.174. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210>.

⁹ **Dicionário da língua brasileira**, composto por Luiz Maria da Silva Pinto, Ouro Preto-MG, Tipografia de Silva, 1832, p.128. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100>.

demagogos, parasitas e males da boa governança.¹⁰ O termo caminha próximo ao significado dado pelos dicionários.

Os *corcundas* foram aqueles que apoiavam o governo de d. João e a monarquia luso-brasileira, pautada em um modelo de Antigo Regime, favoráveis ao absolutismo e avesso às ideias Constitucionais.¹¹ Entretanto, com a entrada da folha impressa como principal meio de difusão de ideias, costumes e práticas políticas, o regresso de d. João VI para Portugal, a coroação de d. Pedro em primeiro de dezembro de 1822 como soberano legítimo do Brasil e sua promessa de elaborar uma Constituição permitiram que outros tipos de monarquia, com preceitos constitucionais, viessem a despontar fortemente no Brasil. O ápice dessas novas ideias constitucionais, no entanto, manifestou-se somente no ano de 1823, quando se iniciou a discussão dos projetos de monarquias constitucionais na Assembleia Constituinte. A chegada dos ares constitucionais pelo atlântico abriu novos caminhos políticos de governo no Brasil.

As ideias que representavam os *corcundas* no período joanino não são as mesmas ideias dos *áulicos* do Primeiro Reinado, apesar de boa parte dos homens egressos de d. João VI terem mudado para a ala constitucional, unindo forças a seu filho d. Pedro. Para esses que migraram, além da atração pelas novas ideias vindas de Portugal, havia o interesse em manter seus privilégios. Todos esses fatores culminaram para que o significado político de *áulico e corcunda* seguissem caminhos opostos.

Os *áulicos* não se autodeterminavam como uma facção política. Eles não usaram o termo *áulico* para se autoidentificar como um grupo. Contudo, mesmo esses indivíduos não se automeando como *áulicos*, tiveram suas ideias e práticas políticas em comum, permitindo reconhecê-los como um grupo.¹² Esses homens gravitavam em torno de d. Pedro I e as suas órbitas ajudaram a direcionar muitos posicionamentos do imperador, isto é, não se tratava apenas de uma relação comensal dos *áulicos*, todos tinham participação na manutenção do Primeiro Reinado. A defesa dos *áulicos* por uma monarquia constitucional centralizada nas de d. Pedro começou a ser discutida na Assembleia Constituinte de 1823, mas somente foi posta em prática após da dissolução da Constituinte de 1823, ordenada por d. Pedro I e a outorga da Constituição de 1824.

¹⁰ *Império do Brasil: diário do governo*, n° 76, v. I, 7 de abril de 1823; n° 142, v. I, 30 de junho de 1823; n° 52, v. II, 1° de setembro de 1823. *Honra do Brasil desafiada de insultos da Astréa expadaxina*, n° 17, 17 de junho de 1828.

¹¹ NEVES, Lucia Bastos. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003. p. 132.

¹² Como foi evidenciado, os grupos de oposição enxergavam os *áulicos* como facção, termo esse considerado pejorativo.

Foi defendido pelos *áulicos* do Primeiro Reinado a divisão de quatro poderes: três poderes fundamentados em Montesquieu (Executivo, Legislativo e Judiciário), por meio de uma monarquia constitucional, e o quarto poder chamado de Poder Moderador, baseado nas ideias de Benjamin Constant de Poder Real ou Neutro, mas, que, no contexto brasileiro, foi ressignificado. Para Constant, o Poder Real servia para controlar os excessos dos outros poderes e mantê-los em equilíbrio.¹³ Pretendia conciliar a monarquia tradicional com o moderno governo representativo, afastando-se de qualquer radicalismo. José Joaquim Carneiro de Campos, o marquês de Caravelas, relator do projeto da Constituição de 1824, representante do Conselho de Estado, *áulico*, também enfatizava que no Brasil a única forma de manter a ordem e evitar o livre curso das paixões humanas era um equilíbrio sistêmico, cuja modalidade fosse a monarquia constitucional e representativa, uma espécie de governo misto em que o Poder Moderador manteria o equilíbrio político, explicava Caravelas.¹⁴ Além dele, outro célebre político *áulico*, senador vitalício a partir de 1826 e redator desde a chegada da imprensa no Brasil, foi José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú. Ele reforçou a defesa de d. Pedro I ao dizer que o Poder Moderador era: "*a mais brilhante joia do diadema imperial*"¹⁵ e que sem essa força o Brasil desviaria da rota da paz e da ordem. O Poder Moderador foi além das ideias do Poder Real e trouxe um tipo de organização política em que os outros três poderes giravam em torno dele, além de incentivar a integração do monarca no processo legislativo. Esse quarto poder concebido no Brasil apoiou o veto imperial e concedeu poderes extraordinários ao imperador.

No Poder Executivo d. Pedro tinha direito que também favoreceram os *áulicos*, como: nomear magistrados, prover mais empregos civis e políticos, nomear os comandantes da força de terra e mar, nomear embaixadores, agentes diplomáticos e comerciais, conceder títulos, honrarias, ordens militares e distinções, nomear bispos e prover benefícios eclesiásticos. Todos esses cargos e benefícios fazem parte de um grande tabuleiro de xadrez imperial, em que o rei possuía peças nobres e peões que serviram de estratégicas linhas defesa da casa imperial contra os ataques dos oponentes.

¹³ CONSTANT, Benjamin. **Princípios de política aplicáveis a todos os governos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. pp. 39-77.

¹⁴ LYNCH, Christian Edward Cyril. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836)**. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 90-92.

¹⁵ VIANNA, Helio. **Contribuição à história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p.359.

Diante disso, evidencia-se a relevância em abordar os membros da imprensa *áulica* e os seus periódicos como principal veículo condutor das propostas e ideias *áulicas*.

Uma vez mais, a imprensa *áulica* atuou de forma incisiva como formadora da opinião pública e adotou uma posição política definida. O objetivo comum era circular o maior número de notícias que coadunassem com os preceitos da política imperial, a fim de mostrar que a Monarquia Constitucional, dirigida por Pedro I, era o modelo mais legítimo e eficaz de governo.

Os jornais *áulicos* e a sua elite intelectual.

O Rio de Janeiro constituiu-se, nos anos de 1820, o cenário principal das atividades ligadas à imprensa política. Inúmeros jornais divulgavam suas ideias, sendo responsáveis pela difusão de um tipo de imprensa política-pedagógica. Nesses espaços públicos em construção, a imprensa assumiu a dianteira como principal veículo de comunicação, retirando as discussões políticas do domínio privado e erguendo novos espaços públicos de sociabilidade (cafés, livrarias, clubes, sociedades secretas), transformando as discussões políticas em coisa pública.¹⁶ Diante dessa gradual mudança dos espaços públicos, a opinião pública veio a reboque como uma poderosa ferramenta política, fruto dessas práticas modernas de publicidade.

Ao longo do Primeiro Reinado foram publicados 69 periódicos, fora os outros tipos de impressos.¹⁷ Desse total, 21 jornais foram de tendência política *áulica*, isso equivale, aproximadamente, a 31% de todos os periódicos fluminenses do período. Contudo, se analisarmos somente os jornais políticos, a porcentagem de jornais *áulicos* aumentaria de forma considerável, visto que, dentro desse número total de jornais, existiram diversos periódicos que não eram de cunho político, tratavam apenas de notícias locais e do exterior; literatura; ciências; comércio etc.

O total de jornais *áulicos* foi identificado a partir da investigação das temáticas centrais que circulavam nas folhas do Rio de Janeiro de 1823 a 1831. O posicionamento de natureza política do redator, sendo recorrentemente favorável ao governo de d. Pedro em diversos pontos, tais como: questão da soberania do imperador; apoio a dissolução

¹⁶ NEVES, Lucia Bastos. Opinión Pública: Brasil. In: SEBASTIÁN, Javier Fernandes. (dir). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850**, vol. I, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 1012.

¹⁷ BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Bastos (orgs.). **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 41.

da Assembleia Constituinte de 1823; defesa da Constituição de 1824, manutenção da Cisplatina no corpo do Império; os ataques aos redatores que defendiam a Confederação do Equador foram os principais critérios para reconhecer a existência de uma imprensa *áulica*. A autoidentificação do redator com algum grupo político, ex: *moderados* ou *exaltados*¹⁸ foi respeitada, sendo levados em consideração e tomando os devidos cuidados com os aspectos retóricos presente nos jornais, principalmente, no que concerne a utilização das figuras de linguagem, como a ironia. Outro ponto observado foi à utilização dos redatores da ideia de *afirmação pela negação*, ou seja, eles apontam a quais grupos não pertencem e rejeitam, todavia não revelem diretamente suas preferências políticas, podendo observar apenas nas entrelinhas.

Os jornais *áulicos* foram pesquisados a partir de meados de 1823 até o sete de abril de 1831. São eles: *Atalaia*; *A Estrela Brasileira*; *Império do Brasil: Diário do Governo e Diário Fluminense*; *o Propugnador*; *O Spectador Brasileiro*; *O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro*; *Triumpho da Legitimidade Contra a Facção de Anarquistas*; *O Constitucional Brasileiro*; *Gazeta do Brasil*; *O Sol*; *O Analista*; *O Conciliador*; *Le Courier du Brésil. Feuille Politique, Commerciale et Littéraire*; *O Censor Brasileiro*; *Honra do Brasil Desafrentada de Insultos da Astrea Expadaxina*; *O Moderador, o novo Correio do Brasil*; *O Brasileiro Imparcial*; *O Verdadeiro Patriota*; *O Novo Brasileiro Imparcial e O Novo Censor: Jornal Analytico*. Vale ressaltar que, apesar da pesquisa ter sido feita, periódico por periódico, a análise foi refinada a partir do conjunto das principais ideias circuladas nos jornais, isto é, foi compreendido o somatório das ideias centrais ventiladas nos jornais *áulicos*.

A intenção do estudo da imprensa *áulica* não foi para enaltecer o Império, mas mostrar que, mesmo passando por momentos difíceis como a censura, as perseguições políticas, as sublevações nas províncias, as crises econômicas e políticas, a Monarquia constitucional centralizada perdurou por nove anos. Isso demonstrou que a censura às liberdades, que oscilou a sua intensidade durante o Primeiro Reinado, teve dupla consequência: uma negativa e outra positiva. De um lado, a censura desgastava politicamente o império, refletindo nas ruas a imagem de um rei autoritário e avesso às liberdades; de outro, essa forte regulação do governo abriu maiores *janelas de oportunidades* para a imprensa *áulica* trabalhar, contando, inclusive, com o financiamento de algumas folhas pelo governo. A forte concorrência ideológica na

¹⁸ Vale lembrar que os *áulicos* não se autoidentificavam como tais.

imprensa não intimidou a impregnação de um projeto político favorável ao império pelas folhas.

Nas folhas *áulicas*, evidenciou-se em todas elas a defesa constante da figura do imperador e de um Estado centralizado. Os pedidos de centralização da Monarquia constitucional feitos ainda pelos deputados *áulicos* na Assembleia em 1823 passaram a ser reportados nos periódicos *áulicos* e percorreu todo o Primeiro Reinado. Outras questões caras veiculadas nos jornais *áulicos* foram: a manutenção da integridade territorial do Império e a liberdade de imprensa.¹⁹

Foram coletadas e analisadas as informações sobre os redatores dos jornais *áulicos* da Corte fluminense. Infelizmente, nem todos foram possíveis de ser identificados. Para aqueles cuja identificação foi viável, tomou-se por base a construção de um painel socioprofissional com as principais características encontradas dos membros do grupo *áulico*,²⁰ escolhendo-se algumas categorias de análise como, jornal, data de nascimento, origem, instituição de formação, grau de escolaridade, curso de formação, ocupação profissional, cargos políticos, emprego público e os títulos e honrarias. Esses integrantes são o que se pode denominar de “a elite intelectual *áulica* do Primeiro Reinado”.

Quadro I - Elite intelectual *áulica*: jornal, data de nascimento, origem, instituição formadora e grau de escolaridade²¹.

Redatores	Jornal	Data de Nascimento	Origem	Instituição formadora	Grau de escolaridade
Jean Baptiste Aimé Desloye	<i>Estrela Brasileira</i>	1798	França	Universidade de Toulouse	Superior
Pierre Plancher	<i>Spectador Brasileiro</i>	1779	França	N.I.	N.I.

¹⁹ A grafia foi atualizada, mas a gramática e as letras maiúsculas contidas nas fontes foram respeitadas.

²⁰ Alguns trabalhos serviram de inspiração para montar os quadros prosopográficos. Ver BASILE, Marcello. **O Império em construção**: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: U.F.R.J./ I.F.C.S., 2004. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005. NEVES, Lucia Bastos. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

²¹ A abreviatura (N.I.): Não indica.

José da Silva Lisboa	<i>Atalaia; Grito da razão na Corte do Rio de Janeiro; Triunpho da legitimidade contra a facção de anarquistas e o Honra do Brasil desafrontada de insultos da astrea expadaxina.</i>	1756	Salvador	Universidade de Coimbra	Superior
José Joaquim de Carvalho	<i>Gazeta do Brasil</i>	1775	Rio de Janeiro	Universidade de Montpellier	Superior
João Maria da Costa	<i>Gazeta do Brasil</i>	N. I.	Portugal	N.I	N. I.
Francisco Vilela Barbosa	<i>Gazeta do Brasil</i> (colaborador)	1769	Rio de Janeiro	Universidade de Coimbra	Superior
Pedro Alexandre Cavroé	<i>O Analista</i>	1776	Portugal	Não fez	Secundário
Joaquim José da Silva Maia	<i>O Brasileiro Imparcial</i>	1776	Portugal	N.I.	Secundário
Francisco Vieira Goulart	<i>Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense</i>	1765	Portugal	Universidade de Coimbra	Superior
Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio	<i>Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense</i>	1778	Rio de Janeiro	Não fez	Secundário
José de Paiva Guedes de Andrade	<i>Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense</i>	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.
Antonio José Falcão	<i>Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense</i>	N.I.	Santa Catarina	N.I.	N.I.
Januario da Cunha Barboza	<i>Império do Brasil: Diario do Governo/Diario fluminense</i>	1780	Rio de Janeiro	N.I.	Secundário

Dos treze redatores analisados e identificados, todos nasceram na segunda metade do século XVIII. Isso demonstra que esses indivíduos, na sua fase adulta, viveram o momento de transição do absolutismo para a modernidade que se inicia no final do século XVIII até o primeiro quartel do século XIX. Esses homens transitaram em dois mundos: um de Antigo Regime e outro Moderno sob os preceitos constitucionais. Esses pequenos dados podem ajudar a compreender certas escolhas, mas não as determinar. Como indicou Marco Morel: “*não havia uma identidade política*

*rígida baseada apenas no critério do período de nascimento, além do fato, óbvio, de pertencerem ao mesmo contexto”.*²²

A origem desses redatores não foram as mesmas: seis brasileiros, quatro portugueses, dois franceses e um não identificado. A imprensa foi um espaço eclético que, no geral, não cultivou muitos atritos com a questão da nacionalidade dos redatores. Em contrapartida, nos espaços políticos institucionalizados, tratavam a questão da nacionalidade como uma opção política relevante, vide as manifestações *antilusitanistas* que rondou o Primeiro Reinado.²³ A imprensa nesse período demonstrou ser um canal exclusivamente de exposição de ideias, doutrinas políticas, informações, anúncios etc., pouco ou nada associado a questões de nacionalidade como critério básico de inserção à elite intelectual. Contudo, é importante reforçar, assim como salientou Morel em sua análise, a existência de uma quantidade considerável de redatores portugueses, confirmando a permanência de um “*campo português*”, mesmo no período após a independência do Brasil.²⁴

Três estudaram na Universidade de Coimbra, um na Universidade de Toulouse, um na Universidade de Montpellier, dois não fizeram ensino superior e seis não foram identificados. Dos redatores, apenas cinco frequentaram o ensino superior, ou seja, aproximadamente, 38,5% do total. José Murilo de Carvalho atentou que havia uma unificação ideológica da *elite política imperial*, por meio da educação superior.²⁵ Vale lembrar que a sua análise abrange todo o período do Brasil imperial o que pode causar certas distorções quando analisamos somente um recorte, no caso deste trabalho o Primeiro Reinado. Além disso, o foco do autor foi à *elite política*. Marcello Basile, ao analisar as elites do período regencial (*caramuru, moderados e exaltados*), percebeu que nos três grupos, apesar de a maioria terem concluído o ensino superior, nem todos os grupos tiveram a maioria formada em Coimbra.²⁶ Em contrapartida, ao investigar a elite intelectual *áulica* no Primeiro Reinado, essa homogeneidade ideológica não se configura, nem no quesito formação superior, tampouco no que concerne a instituição formadora. Sem dúvida, a educação superior foi um elemento facilitador para a coadunação das ideias dos *áulicos*, influenciados pelo pensamento constitucionalista

²² MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. *Op.cit.* p. 172.

²³ RIBEIRO, Gladys. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2003.

²⁴ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. *Op.cit.* p. 172.

²⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem...** *Op.cit.* cap. 3 e 4.

²⁶ BASILE, Marcello. **O Império em construção**. *Op.cit.*, cap I e V.

que circulava nos principais centros universitários europeus no final do século XVIII. Entretanto, outras formas de comunicação e sociabilidade fizeram com que essa elite intelectual *áulica* tivesse princípios norteadores homogêneos, e o principal deles era defesa do Estado Imperial e da Monarquia Constitucional encabeçada por d. Pedro.

Uma agremiação é a união de indivíduos com afinidades, ideias e princípios em comum, que pode ou não ter um espaço físico oficial para suas reuniões. Espaços recreativos, culturais (cafés, teatros, tabernas), considerados informais, também são ambientes de organização política. Em um clube – como, por exemplo, o da *Gazeta*²⁷ – são desenvolvidas parcerias que não necessariamente tornam-se amizades. É um tipo de convivência construída por interesses, seja ele no campo das ideias, políticos ou no refúgio da manutenção dos privilégios pessoais. É uma sociedade, ou seja, um grupo de pessoas que possui um ou mais objetivos claros, semelhantes, embora isso não garanta adesão total entre seus membros, por se tratar de indivíduos que possuem suas especificidades, ideias e posturas, que, nem sempre, se encaixam em um quadro mais harmônico. A falta de uma harmonia uníssona no grupo de maneira nenhuma impede a sua identificação, na verdade, só demonstra que esses indivíduos pensam de maneira distinta, mas não indica que a mensagem principal que o grupo deseja difundir será comprometida. Essa definição vale, essencialmente, para *áulicos* e todas as ideias impregnadas por eles na imprensa, como foi visto. Após a abdicação, o sentimento de grupo ficou mais nítido, devido o sabor amargo que os *áulicos* sentiram com a falência do projeto.

Sustentar o Sr. D. Pedro I e a Constituição do Estado; desta arte cumprimos com o dever de bom cidadão, executamos aquilo a que pelos nossos juramentos, estávamos obrigados e nem poderá alguém notar-nos uma ideia se quer em que ofendêssemos, mesmo levemente, a Constituição jurada; o partido porém contra o Governo crescia de dia em dia e nós que ao princípio com a maior brandura e moderação o havíamos combatido, julgamos conveniente redobrar em vigor, então empregamos o choque do epigrama, carregamos as expressões e os resultados foram os mesmos!²⁸

Quadro II – continuação dos dados referente à elite intelectual *áulica*: formação, ocupação profissional, cargo político, emprego público e títulos e honrarias.

²⁷ Durante a pesquisa no doutorado, encontrou-se a presença do Clube da Gazeta, referente ao jornal *Gazeta do Brasil*. Não há referências sobre esse clube. As informações ainda estão sendo desenvolvidas em minha tese, intitulada: “O despertar do império do independente”: *áulicos* e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.

²⁸ *O verdadeiro patriota*, nº 47, 12 de abril de 1831.

Redatores	Formação	Ocupação profissional	Cargo político	Emprego Público	Títulos e honrarias
Jean Baptiste Aimé Desloye	Direito	Comerciante/ Escritor	N. I.	N. I.	N. I.
Pierre Plancher	N.I.	Livreiro/ editor	N.I.	Oficial impressor imperial	N.I.
José da Silva Lisboa	Direito	Magistrado	Senador	Diretor da Imprensa Régia e censor da Mesa do Desembargo do Paço	Visconde e Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial
José Joaquim de Carvalho	Medicina	Médico	Senador	Médico honorário da Coroa	Imperial Ordem de Cristo
João Maria da Costa	N. I.	N. I.	N. I.	N. I.	N. I.
Francisco Vilela Barbosa	Matemática	Professor/Militar	Conselheiro de Estado	Lente na Real Academia dos Guardas-marinhas em Lisboa	Marquês de Paranaguá e Grã-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro
Pedro Alexandre Cavroé	Belas artes	Redator e arquiteto	N.I.	Arquiteto da Câmara municipal e da Casa Imperial	N.I.
Joaquim José da Silva Maia	N.I.	Negociante	Vereador da Câmara Municipal de Salvador	Matriculado na Real Junta de Comércio do Rio de Janeiro	N.I.
Francisco Vieira Goulart	Filosofia	Professor	N.I.	Cônego Magistral da Capela Imperial	Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro
Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio	Teologia	Clérigo	N.I.	Examinador da Mesa de Consciência e Ordem e Censor Episcopal	N.I.
José de Paiva Guedes de Andrade	N.I.	N.I.	N.I.	Oficial-maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império	N.I.
Antonio José Falcão	N.I.	Militar	N.I.	Capitão de Mar e Guerra	N.I.
Januario da Cunha Barboza	Seminário	Clérigo	Deputado	Cônego da Capela Imperial	Cavaleiro da Ordem de Cristo

Fontes: BLAKE. Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. 7 vs. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 (ed. fac-similar da original de 1883-1902). JAVARI. barão de. **Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império**. 3ª ed. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1979. PAULA, Sergio Goes de. **Um inventário pioneiro de biografias para os historiadores das ciências, História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, ISSN 0104-5970, vol.5 no.1 Rio de Janeiro, 1998. SENADO FEDERAL. **Períodos legislativos do império (1826-1889)**. Brasília: Portal dos Senadores, 2010. SILVA. Innocencio Francisco da; ARANHA, Brito. **Diccionario bibliographico portuguez**. Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses. CD-ROM. SISSON, Sisson. **Galeria dos brasileiros ilustres**. 2 vs. 3ª ed. Brasília: Senado

Federal, 1999. SUCHAUX, L. *Galerie Biographique du département de la Haute-Saône*. Vesoul: Typographie de A. Suchaux. 1864. VASCONCELLOS, barão de, e VASCONCELLOS, Smith barão de. *Arquivo nobiliarquico brasileiro*. Lausanne: Impremere la Concorde.

Dando continuidade ao estudo prosopográfico desses indivíduos, no quesito formação, verifica-se que não há a predominância de um curso de formação, evidenciando que, no treinamento, a elite intelectual *áulica* também não era homogênea. Afinal, para um publicista o que valia era suas ideias e a sua capacidade de comunicação, pouco importou para um publicista o seu curso de formação, diferente daqueles que alçaram as carreiras políticas. Para escrita de um impresso, a formação superior e a ocupação profissional foram elementos facilitadores, mas não exclusivos. Mesmo aqueles que não possuíam nível superior poderiam adquirir as habilidades necessárias por estar em contato com outros tipos de ocupação, tal como: o comércio, mercado editorial e o mundo dos impressos. Isso fica ainda mais claro quando se analisa os casos de Plancher, Maia e Cavroé. Os dois primeiros redatores estavam ligados ao negócio dos impressos, antes mesmo de despontarem como redatores *áulicos* no Primeiro Reinado; e Cavroé, além de negociante, tinha a arte correndo em suas veias, principalmente no campo da poesia e das belas artes.

A fusão entre homens de letras e homens públicos, mencionados nos dados levantados por Morel,²⁹ foi presente nos *áulicos*. Cinco jornalistas *áulicos* foram também identificados como membros da *elite política imperial*, atuando no Executivo ou no Legislativo, ou seja, os homens de letras não ficaram reservados somente à *elite intelectual*, alguns seguiram a carreira pública. Esses homens circularam em diferentes camadas de discussão, levando suas ideias e propostas das assembleias para os impressos que era o atalho mais próximo para chegar às ruas e formar a opinião pública. A imprensa se tornou um espaço intermediário entre o poder institucionalizado e o cotidiano. A mistura da vida pública e privada fica ainda mais evidente, quando analisamos os itens: emprego público e títulos e honrarias. Foram revelados que 85% dos redatores *áulicos* tinham empregos públicos próximos à Coroa; e, 38,5%, tinham títulos e honrarias reconhecidos diretamente por d. Pedro I. Para elite intelectual *áulica* a imprensa foi um caminho possível para almejar melhores oportunidades de empregos públicos, títulos e, inclusive, cargos políticos, tanto no Executivo como no Legislativo. Para o governo, essas benesses ofertadas serviam como recompensa pelos serviços prestados ou moeda de troca para uma possível adesão política.

²⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. *Op.cit.* p. 184.

Considerações finais

Os apontamentos desses componentes iluminam como era feito o processo de proteção da imagem e do governo imperial. Paralelamente às suas atividades de publicista, esses homens passaram em diversas instâncias de poder (administrativo, político e imprensa), muitas vezes, assumiam, simultaneamente, a batalha nesses diferentes espaços para ampliar seus canais de comunicação e convencimento. A homogeneidade da elite intelectual *áulica* não se dava propriamente pela sua formação, instituição formadora ou carreira, mas sim por princípios e ideias nodais que norteavam um esboço de projeto político *áulico* comum, pautado na manutenção do Estado imperial capitaneado por d. Pedro I.

Fontes

O Verdadeiro Patriota. 23 de setembro de 1830 a 17 de junho de 1831. Localização: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Referenciais Bibliográficos

ANDRADE, Santiago Silva de. ***Domus Regis: a Casa Real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)***. Tese (Doutorado em História Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2010.

BAKER, Keith. M. Introduction. In: K. M. Baker (ed). ***The french revolution and the creation of modern political culture***. v.1. Oxford: Pergamon Press, 1987.

BASILE, Marcello. ***Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial***. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

_____. Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas. In: José M. de Carvalho e Adriana P. Campos (Org). ***Perspectivas da cidadania no Brasil Império***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Governo, nação e soberania no Primeiro Reinado: a imprensa áulica do Rio de Janeiro. In: José. M de Carvalho; Miriam H. Pereira; Gladys. S. Ribeiro e Maria J. Vaz (orgs.). ***Linguagens e fronteiras do poder***. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 174.

BERSTEIN, S. A Cultura Política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. ***Para uma História Cultural***. Estampa, 1998. p. 350-352.

_____. Os partidos. In: RÉMOND, R (Org.). ***Por uma história política***. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N. & PASQUINO, G. (orgs.). ***Dicionário de política***. 8ª ed. v. I. Brasília: Editora UNB, 1995.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil: o império e a ordem liberal**. vol. v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- _____. **O Rei cavaleiro: vida de d. Pedro I**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1948.
- CARDOSO, C. F. e MALERBA, J. **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.
- CARVALHO, José. Murilo. **A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial** – 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. Cidadania: tipos e percursos. In: **Estudos históricos**, v. 9 - nº 18. 1996.
- _____. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: **Topoi: revista de história**, nº 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000.
- _____. Organização e introdução. In: Visconde do Uruguai. **Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai**. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CARVALHO, J.M. de; BASTOS, L (orgs.). **Dimensões e fronteiras do estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.
- CARVALHO, J.M. de; BASTOS, L.; BASILE, M. (orgs.). **Às armas, cidadãos! – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: ed. UFMG, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CONSTANT, Benjamin. **Princípios de política aplicáveis a todos os governos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A Fundação de um Império Liberal: discussão de princípios. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de ; CAMPOS, Pedro Moacyr. **História geral da civilização brasileira, t.II- O Brasil monárquico, o processo de emancipação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- FALCON, Francisco. História e representação. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.
- FONSECA, S. C. P. B; CORRÊA, M. L.(Orgs.). **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. – 3º ed. – São Paulo: EDUSP, 2012.
- HEINZ, F. M. Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo who's who em pesquisa prosopográfica. In: Flávio M. Heinz (Org.). **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. A Herança colonial – sua desagregação. In: Sérgio Buarque de Hollanda (dir.), e Pedro Moacyr Campos (assist.), **História geral da civilização brasileira, t. II- O Brasil monárquico**, 1º v.- O Processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25). In: Jurandir Malerba (org.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LESSA, M. L. & FONSECA, S.C.P. de B. (orgs.). **Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil – e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

_____. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

_____. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836)**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MARQUES JR, Nelson Ferreira. **Os verdadeiros Constitucionais, amigos do rei e da nação: áulicos, ideias e soberania na Corte fluminense (1824-1826)** – dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

MONTEIRO, Tobias do Rego. **História do Império: o 1º Reinado**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1982.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte – MG: Fino traço, 2014.

NEVES, Lucia M. Bastos Pereira. **“A guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo, 1999.

_____. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

_____. Opinión Pública: Brasil. In: SEBASTIÁN, J. F. (dir). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850**, vol. I, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

_____. (Org). **Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

NOVAIS, Fernando. A.; MOTA, G. C. **A independência política do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

PEREIRA, Christiane Peres. **A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)**. 2013. 122f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

PEREIRA, Vantuil. **Ao soberano congresso: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro 1822-1831**. São Paulo: Alameda, 2010.

PERROT, Michelle. (org.). **História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PINSKY, Carla B.; et al. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____.; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

PIRES, M.P.B. **Impressão, sociabilidades e poder: três faces da tipografia do diário na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831)**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2001.

PUJOL, Xavier. G. La historia política de La Edad Moderna europea, hoy: Progressos y minimalismo. In: BARROS, Carlos (ed). **Historia a debate. Actas Del Congresso Internacional “ a historia a debate”**. Santiago de Compostela: historia a debate, 1995.

RÉMOND, René. (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Gladys. Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2003.

_____. & PEREIRA, V. O Primeiro Reinado em revisão. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (org). **O Brasil Imperial – vol. 1: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o Geschichtliche Grundbegriffe e a atividade acadêmica futura. In: Marcelo G. Jasmin & João Feres Jr. (org.). **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio/Loyola, 2006.

SEBASTIÁN, J. F & CAPELLÁN, G. M. (eds.). **Language, tiempo y modernidad. Ensayos de historia conceptual**. Chile: Globo Editores, 2011.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831**. São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, Octávio Tarquínio. **A vida de d. Pedro I**. Rio de Janeiro: José Olympio, 3 vs, 1972.

VIANNA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.